

Brasil



DESDE DOMINGO

Helicóptero desaparece entre SP e Ilhabela

Três pessoas, a bordo do piloto, estavam na aeronave; FAB retoma as buscas hoje



Tragédia repetida. Aíres 2023, rompimento da barragem de Brumadinho e fiscalização do setor segue deficiente.

DE MARIANA A MACEIÓ

Agência de mineração tem só 31% do efetivo e fiscalização do setor sofre

LUCAS ALFARO

lucas.alfaro@globo.com.br

A desestabilização do solo de cinco bairros de Maceió após o rompimento de uma mina da Braskem escancarou a falta de pessoal do principal órgão de fiscalização desse tipo de atividade no Brasil. Apenas um fiscal da Agência Nacional de Mineração (ANM) trabalha na região, o que torna o monitoramento precário e aumenta a dependência de envio de dados pelas próprias mineradoras. A escala do problema é ainda maior: dos 2.121 cargos que deveriam formar a estrutura da ANM desde a sua criação em 2017, há apenas 664 ocupados. Destes funcionários, só 237 são fiscais.

A situação de hoje reproduz o que já havia sido denunciado nas tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas, quando houve falhas na identificação de instabilidades nas barragens. Investigações do Ministério Público levantaram evidências de que laudos de estabilidade, produzidos pelas empresas ou auditorias independentes, teriam sido fraudados antes dos rompimentos. Outros inquéritos ainda apontaram omissões da ANM.

Por causa da precariedade nas condições de trabalho, o que incluía também a demanda pela equiparação salarial com as carreiras das demais agências reguladoras, os servidores da ANM ficaram em greve por 52 dias, entre agosto e outubro. No mês passado, o Ministério da Gestão e da Inovação assinou um acordo com a Associação dos Servidores da Agência Nacional de Mineração (ASANM) para garantir a equiparação salarial.

— É inviável a gente fiscalizar o que tem que ser fiscalizado. Por isso fazemos por amostragem, e mesmo assim é menos do que deveria, por-

que não tem gente — afirma Ricardo Peçanha, diretor da ASANM, que explica que a fiscalização das atividades de mineração funciona como uma declaração de imposto de renda. — As empresas de mineração fazem relatório anual, com toda parte técnica, e cruzamos com outros bancos de dados. Quando identificamos inconsistência, aí sim é que vamos a campo — acrescenta.

Em 2019, após notícias de falhas nas fiscalizações das barragens de Brumadinho e Mariana, o Ministério Público Federal assinou acordo com a União e a ANM para que melhorassem as condições de inspeções em todas as barragens consideradas inseguras e para que fosse apresentado um plano de reestruturação da fiscalização. A medida, porém, não resolveu todos os problemas. Ano passado, o TCU publicou uma Lista de Alto Risco da Administração Pública, em que apontou áreas onde há riscos da qualidade dos serviços públicos e da eficácia das políticas públicas sem comprometer, segundo TCU, na ANM há insuficiência de materiais de tecnologia da informação e de recursos humanos, além de déficit orçamentário e falta de transparência.

Também em 2022, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou relatório sobre a governança regulatória no setor de mineração no Brasil e destacou a negligência da fiscalização nas tragédias em Minas: "A ANM enfrenta severas restrições em termos de recursos e funcionários, o que dificulta sua capacidade de realizar a supervisão e ações de fiscalização", diz o relatório.

— A ANM tem um número de servidores claramente aquém do necessário. Deveria ter ações de controle com muito mais frequência e in-



Sem cobrança. Só existe um fiscal da ANM para monitorar atividades em Aragoas, onde no capital, Maceió, uma mina da Braskem se rompeu e o solo afundou

Ruínas. Há quase 10 anos, o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), foi destruído com rompimento da barragem Funilão. Há foto, o que sobrou da escola municipal local

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

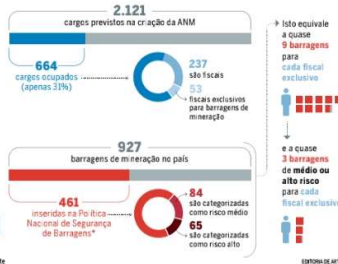
FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS

FALTAM FISCALIS



tensidade — afirma Sueley Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Itama.

As instabilidades no solo provocadas pela extração de sal-gema em Maceió (AL) fizeram com que 60 mil moradores de cinco bairros deixassem suas casas desde 2018, quando os problemas começaram a ser identificados. No final de novembro, a velocidade do afundamento do solo chegou a cinco centímetros por hora, e no último dia 10 de dezembro a mina 18 da Braskem se rompeu. Documentos obtidos pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha o caso mostram como a fiscalização e as cobranças sobre a empresa foram falhas. Os primeiros tremores foram denunciados em 2018, mas só dois anos depois a Braskem foi multada, com dez autos de infração em um dia por não ter tomado "as providências indicadas". Cada uma das multas variava entre R\$ 2.597,75 e R\$ 5.195,50.

— O resultado dessa falta de material humano cobrando e exigindo que as condicionantes sejam cumpridas tem como resultado o que aconteceu em Maceió. A ANM só veio a multar a Braskem em 2020, isso já mostra a leniência na fiscalização. Se a fiscalização tivesse ocorrido da maneira adequada, isso tudo poderia ter sido evitado — afirma o deputado federal Alfredo Gaspar (União).

Professor da Faculdade de Engenharia da UFPE e autor de um relatório sobre Brumadinho, Bruno Milanez explica que os rompimentos explicitaram as falhas na fiscalização por amostragem.

— Essa fiscalização depende de muitos dados das empresas de consultoria, que podem acabar não sendo confiáveis. O sistema é falho, mas a ANM não tem capacidade de superar isso por falta de gente — disse.

GARIMPO ILEGAL

Além da fiscalização de barragens e minas, a ANM é ineficiente no combate ao garimpo ilegal, um mercado que de 2018 a 2020 comercializou 104,5 toneladas; 52% com indícios de ilegalidade, segundo estudos do Instituto Escolhas. A fraude costuma acontecer por uso de "títulos fantasmas". Como o comércio funciona por autodeclaração, o garimpeiro registra que o minério foi retirado de uma área autorizada, quando na verdade o retirou de Unidades de Conservação ou Terras Indígenas.

A ANM sequer consegue negar pedidos para garimpos em áreas protegidas na Amazônia. De acordo com levantamento do Instituto Minada, com base nos dados da agência, há 2.997 requerimentos ilegais — por incidirem sobre áreas protegidas — tramitando na Amazônia Legal. A Terra indígena mais afetada é a Yanomami.

Muitas vezes, garimpeiros acumulam requerimentos na expectativa de alguma decisão judicial ou administrativa autorizar a exploração. Por isso, especialistas cobram que sejam imediatamente negados.

Procurados, a ANM e o Ministério de Minas e Energia não se manifestaram.